

Que crise é esta?

Ladislau Dowbor*

Resumo

A preocupação com a economia brasileira é grande: um círculo virtuoso em que a distribuição de renda por meio de um conjunto de programas permitiu simultaneamente expandir a demanda, tirando cerca de 50 milhões de pessoas da miséria, e estimular os investimentos e o emprego para satisfazê-la, parou de funcionar. O travamento desse processo a partir de fins de 2014 e de 2015 gera perplexidade. O presente artigo mostra a mudança do contexto internacional com o caos financeiro mundial, os nossos principais avanços econômicos e sociais, e finalmente como a financeirização internacional adotou formas específicas no Brasil, tornando-se o principal fator de paralisia, por meio do sistema de juros. Em 2005 as famílias brasileiras gastavam 19,3% da sua renda com dívidas, em 2015 a cifra atinge 46,5%, inviabilizando qualquer expansão do consumo e gerando a situação de crescimento paralisado enquanto os lucros dos intermediários financeiros e rentistas aumentam de forma explosiva. Gera-se assim uma situação estranha com o PIB próximo de zero, enquanto os lucros dos bancos e dos rentistas aumentam em mais de 20%. Assim os três principais motores da economia, o consumo das famílias, o investimento privado e o investimento público ficaram travados.

Palavras-chave: juros, bancos, demanda, financeirização

Abstract:

We are facing overall perplexity over the economic evolution in Brazil. A virtuous process of income distribution (bolsa-família, minimum wages etc.) brought about 50 million people out of the poverty trap, generating demand, as well as more investments and jobs, and taxes for more public investment. This process was stalled by the end of 2014 and during 2015, generating misunderstanding and sometimes vicious search for culprits. This paper sums up some key changes in the international context, particularly in the financial area. Next we briefly describe the key trends of progress in the last decade, and how they have brought about structural change in Brazil. Finally, in the main part of the paper, we study in detail how the Brazilian version of financialization became a key factor of economic paralysis. In 2005, Brazilian families spent 19,3% of their income on paying debt. In 2015, 46,5% of family income was spent on debt, cutting short any attempt at expanding consumption. We thus reach the 2015 situation where GDP shows zero growth, while banking profits are expanding at over 20%. As a result, the three engines of any economy, family consumption, as well as private and public investment, are locked in a state of paralysis.

Keywords: interest rates, banks, demand, financialization

* Ladislau Dowbor é professor titular de economia e administração da PUC-SP, e consultor de várias agências das Nações Unidas. Os seus textos estão disponíveis na íntegra online no blog <http://dowbor.org> Mail: ladislau@dowbor.org. Esse artigo foi concluído em 10 de maio de 2015.

A maioria das pessoas está simplesmente perplexa frente ao fluxo impressionante de dados contraditórios. O presente artigo visa destrinchar um pouco os problemas, pois as informações básicas são relativamente claras. No essencial, temos nas últimas décadas um avanço estrutural extremamente positivo que elevou a economia brasileira para um novo patamar, avanço que se tornou mais irregular com a crise financeira mundial a partir de 2008. A partir de 2014 constatamos um relativo travamento dos avanços, no quadro de uma ofensiva do sistema financeiro, que essencialmente intensificou o desvio dos recursos das atividades produtivas para atividades especulativas.

O resultado dessas dinâmicas que interagem leva à estranha situação em que o PIB parou de crescer, mas temos um quase pleno emprego, e os intermediários financeiros têm, nos últimos anos e inclusive em 2015, um aumento extremamente elevado dos lucros. O fato dos intermediários financeiros terem lucros que crescem na faixa de 20% ao ano, enquanto o PIB não cresce, explica porque o desemprego esteja na faixa de 6,5%, historicamente muito baixo: o brasileiro trabalha muito, mas os resultados são desviados das atividades produtivas para a chamada ciranda financeira, que não reinveste na economia real. Não se pode ter o bolo e comê-lo ao mesmo tempo. Esta é a dimensão econômica que aqui queremos analisar.

No plano político gerou-se uma aliança entre interesses internacionais (em particular ligados às finanças e ao petróleo), o oligopólio da grande mídia comercial, segmentos do judiciário e evidentemente o legislativo. Este último com a lei de 1997¹ passou a ser eleito essencialmente com dinheiro corporativo, aprofundando os sistemas já muito tradicionais de corrupção. Deixo para especialistas em ciência política o esmiuçar de quem comprou quem no imenso troca-troca que se tornou o sistema político-eleitoral, deixando aqui apenas a minha recomendação geral de que quando ouvimos “pega ladrão”, é de prudência elementar checar quem está gritando. As expressões de elevada indignação ética que tanto vemos hoje, na realidade tampouco me

¹ O financiamento está baseado na Lei 9504, de 1997 "As doações podem ser provenientes de recursos próprios (do candidato); de pessoas físicas, com limite de 10% do valor que declarou de patrimônio no ano anterior no Imposto de Renda; e de pessoas jurídicas, com limite de 2%, correspondente [à declaração] ao ano anterior", explicou o juiz Marco Antônio Martin Vargas, assessor da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo." – Revista Exame, 08/06/2010, Elaine Patrícia da Cruz, *Entenda o financiamento de campanha no Brasil*.

deixam muito emocionado. Questão de vivência, ou de idade talvez. O que interessa mesmo é entender os mecanismos.

A DINÂMICA ESTRUTURAL

A dimensão global: um contexto caótico

Dificuldades financeiras não constituem uma particularidade brasileira, ainda que aqui tenham assumido muito recentemente uma dimensão exacerbada. O relatório da UNEP de 2015, *Aligning the Financial system with sustainable development*, aponta a necessidade de resgatar a dimensão produtiva dos recursos financeiros:

Distinguir a economia real da economia financeira é fortemente associado com a chamada ‘financeirização’ da economia global e a crescente importância dos mercados e instituições financeiras no manejo da economia e das suas instituições de governo, com o crescimento tanto dos ativos financeiros como da parte da produção econômica apropriada pelo setor financeiro. Nas diversas jurisdições e classes de ativos monitorados pelo *Financial Stability Board*, o total de ativos financeiros se elevaram de cerca de US\$ 115 trilhões em 2002 para mais de US\$300 trilhões em 2013. Se incluirmos o valor dos derivativos financeiros este total aumenta significativamente.

Não é o nosso objetivo aqui entrar no detalhe da financeirização mundial, mas mencionamos esse texto das Nações Unidas para dar uma dimensão do desafio mais amplo e deixar claro que a dinâmica brasileira faz parte de um embate que é hoje mundial. Basta lembrar que o PIB mundial em 2013 foi da ordem de 70 trilhões para se dar conta do poder dos grandes bancos com ativos de mais de 300 trilhões. Os americanos qualificam esta situação como “o rabo está abanando o cachorro”. Em vez dos intermediários financeiros estarem a serviço dos processos produtivos, produziu-se o inverso.

O dreno sobre as atividades produtivas, tanto do lado do consumo como do investimento, é planetário. Faz parte de uma máquina internacional que desde a liberalização da regulação financeira com os governos Reagan e Thatcher no início dos anos 1980, até a liquidação do principal sistema de regulação, o Glass-Steagall Act, por Clinton em 2009, gerou um vale-tudo internacional.

A dimensão internacional tornou-se hoje mais documentada a partir da crise de 2008. O próprio descalabro gerado e o travamento da economia mundial levaram a que

fossem levantados os dados básicos das finanças internacionais, que curiosamente sempre escaparam do *International Financial Statistics* do FMI. Apresentamos em outros estudos o detalhe de cada uma das novas pesquisas que surgiram, e apenas resumimos aqui o seus principais resultados, para facilitar uma visão de conjunto.

O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH na sigla alemã) constatou que 147 grupos controlam 40% do mundo corporativo do planeta, sendo 75% deles instituições financeiras. Pertencem na sua quase totalidade aos países ricos, essencialmente Europa ocidental e Estados Unidos. Não é preciso elaborar teorias de conspiração quando os atores estão em número suficientemente pequeno para se familiarizarem nos campos de golfe ou no *Open* da Austrália (ETH, 2011).

A Tax Justice Network, com pesquisa coordenada por James Henry, apresenta o estoque de capitais aplicados em paraísos fiscais, da ordem de 21 a 32 trilhões de dólares, para um PIB mundial da ordem de 70 trilhões. Estamos falando de quase um terço a metade do PIB mundial. A economia do planeta está fora do alcance de qualquer regulação, e controlada por intermediários, não por produtores. O rentismo impera, e foi apresentado como desafio na reunião do G20 em novembro de 2014 (TJN, 2012).

O dossiê produzido por *Economist* sobre os paraísos fiscais (*The missing 20 trillion \$*) arredonda o estoque para 20 trilhões, mas mostra que é gerido pelos principais bancos do planeta, não em ilhas paradisíacas, mas essencialmente por bancos dos EUA e da Inglaterra (Economist, 2013).

As pesquisas do ICIJ (*International Consortium of Investigative Journalists*) têm chegado a inúmeros nomes de empresas e donos de fortunas, com detalhes de instruções e movimentações, progressivamente divulgados à medida que trabalham os imensos arquivos recebidos. Em novembro de 2014 publicaram o gigantesco esquema de evasão fiscal das multinacionais, usando o paraíso fiscal que se tornou Luxemburgo. São apresentados em detalhe os montantes de evasão por parte dos bancos Itaú e Bradesco (ICIJ, 2014) (Fernando Rodrigues, 2014).

O estudo de Joshua Schneyer, sistematizando dados da Reuters, mostra que 16 grupos comerciais internacionais controlam o essencial da intermediação das commodities planetárias (grãos, energia, minerais), a maior parte com sedes em paraísos fiscais (Genebra, em particular), criando o atual quadro de especulação financeira-comercial sobre os produtos que constituem o sangue da economia mundial.

Lembremos que os *derivativos* desta economia especulativa (*outstanding derivatives*) ultrapassam 600 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 70 trilhões (BIS, 2013) (Schneyer, 2013).

O *Crédit Suisse* divulga a análise das grandes fortunas mundiais apresentando a concentração da propriedade de 223 trilhões de dólares acumulados (patrimônio acumulado, não a renda anual), sendo que basicamente 1% dos mais afortunados possui cerca de 50% da riqueza acumulada no planeta. Um grupo de 85 famílias possui um patrimônio superior ao de 3,5 bilhões de habitantes mais pobres do planeta. Os dados foram apresentados inclusive pela Oxfam no Fórum Econômico Mundial, em Davos². A compreensão da magnitude da deformação está se generalizando.

Brasil: fuga de capitais, fluxos ilícitos e as crises macro-econômicas, 1960-2012, do *Global Financial Integrity*, apresenta e quantifica as fraudes em notas fiscais (*mispricing*, ou *misinvoicing*). O país perde aqui cerca de 40 bilhões de dólares por ano entre 2010 e 2012. Se fossem devidamente registrados e aplicados contribuiriam com 2% de crescimento do PIB. Trata-se aqui, predominantemente, das empresas multinacionais. Como comparação, a África perde cerca de 60 bilhões de dólares anualmente com este mecanismo.

Os dados sobre a máquina de evasão fiscal administrada pelo HSBC apareceram em *Le Monde* e são regularmente analisados por *Guardian*, à medida em que surgem mais nomes de clientes, entre os quais milhares de fortunas brasileiras (<http://www.theguardian.com/business/hsbcholdings>).

Temos assim um sistema planetário deformado, e o Brasil é apenas uma peça na alimentação do processo mundial de concentração de capital acumulado por intermediários financeiros e comerciais. O estudo mencionado da *Tax Justice Network* desdobra algumas cifras de estoques de capital em paraísos fiscais por regiões. No caso do Brasil, encontramos como ordem de grandeza 519,5 bilhões de dólares, o que representa cerca de 25% do PIB brasileiro.

Assim, o Brasil não está isolado nesse sistema planetário, nem é particularmente corrupto. Mas o conjunto criado é sim profundamente corrompido. Os dados para o Brasil, 519,5 bilhões de dólares em termos de capitais offshore, são de toda forma

² A Oxfam é uma organização não governamental britânica que trabalha sistematicamente estes dados, no caso presente apoiando-se em pesquisa do banco *Crédit Suisse* sobre a concentração das fortunas do mundo.

impressionantes, ocupamos o quarto lugar no mundo. Estes recursos deveriam ser aplicados em fomento da economia onde foram gerados, e deveriam pagar os impostos, que permitiriam ampliar investimentos públicos, Não há economia que possa funcionar com este tipo de sangramento de recursos.

A dinâmica estrutural interna: IDHM – Atlas Brasil 2013

O agravamento recente destes mecanismos (conjuntura) se dá num quadro mais amplo de mudanças estruturais dos últimos 25 anos, e que é preciso entender. O ponto de partida dos novos rumos é a constituição de 1988, quando ultrapassamos os tempos do arbítrio e começamos a ter regras do jogo razoavelmente definidas e um mínimo de estabilidade institucional, sem a qual o desenvolvimento não existe. Um segundo momento importante é a quebra da hiperinflação em 1994, quando finalmente os agentes econômicos puderam fazer contas que faziam sentido, e a máquina econômica começou a fazer mais sentido.

Ajuda muito ver com tranquilidade esta dinâmica estrutural. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 apresenta a evolução dos indicadores nos 5.570 municípios do país. A confiabilidade é aqui muito importante. No caso, trata-se de um trabalho conjunto do PNUD, que tem anos de experiência internacional e nacional de elaboração de indicadores de desenvolvimento humano, do IPEA e da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais, além de numerosos consultores externos. Os dados são do IBGE. Não há como manipular cifras, ou dar-lhes interpretação desequilibrada, com esse leque de instituições de pesquisa.

Outro fator importante, o estudo cobre os anos 1991 a 2010, o que permite olhar um período suficientemente longo para ter uma imagem de conjunto, em vez de dramatizar cada oscilação segundo os interesses midiáticos. O fato de avaliar duas décadas também favorece uma interpretação mais isenta em termos políticos, pois se trata de administrações diferentes. Basicamente, os dois fatores fundamentais, a Constituição de 1988 e a quebra da hiperinflação permitiram começar um processo que se fortaleceu a partir do governo Lula, e continuou com o governo Dilma.

Para os leigos, lembremos que o IDH apresenta a evolução combinada da renda per capita, da educação e da saúde. Isto permite desde já ultrapassar em parte a

deformação ligada às estatísticas centradas apenas no PIB, que mede a intensidade de uso dos recursos e não os resultados. Um desastre ambiental como o vazamento de petróleo no Golfo do México, só para dar um exemplo, elevou o PIB dos Estados Unidos ao gerar gastos suplementares com a descontaminação, “aquecendo” a economia. O fato de prejudicar o meio ambiente e a população não entra na conta. A criminalidade também aumenta o PIB. Em 2013, a Grã-Bretanha e outros países incluíram a prostituição e o tráfico de drogas como contribuição ao PIB, o que faz entender a que ponto se trata de um indicador de pouca base científica e de muito valor de manipulação ideológica.

O dado mais global mostra que nestas duas décadas o IDH Municipal passou de 0,493, ou seja, “Muito Baixo”, para 0,727, “Alto”. Isto representa um salto de 48% no período. Em 1991 o Brasil contava com 85,8% de municípios brasileiros no grupo Muito Baixo, portanto abaixo de 0,50, e em 2010 apenas 0,6%, ou seja, 231 municípios, 4% 32. É um resultado absolutamente impressionante, pois o IDH abaixo de 0,50 é um buraco negro, e em áreas tão essenciais como renda, educação e saúde. Os avanços são impressionantes. Mas o caminho que temos pela frente ainda é muito grande. O Nordeste ainda apresenta 1.099 municípios, 61,3% do total, com índice Baixo, na faixa dos 0,50 a 0,59 no IDHM. No geral, a mudança é imensa, com a ampla interiorização do desenvolvimento.

A esperança de vida ao nascer passou de 64,7 anos em 1991 para 73,9 em 2010, o que significa que na média o brasileiro ganhou nove anos extras de vida. Ao incluirmos 2012, podemos dizer que passamos a ter dez anos de vida a mais para falar como está ruim o nosso processo de desenvolvimento. Ganhar tantos anos de vida em tão pouco tempo é muito significativo, pois envolve um conjunto complexo de fatores como crianças que comem melhor, famílias que moram em casas mais decentes e assim por diante.

No plano da educação, passamos de 30,1% de adultos com mais de 18 anos que tinham concluído o ensino fundamental, para 54,9%. Em termos de fluxo escolar da população jovem, segundo indicador do item educação, passamos do indicador 0,268 em 1991 para 0,686 em 2010, o que representa um avanço de 128%. A área de educação é a que mais avançou, mas também continua a mais atrasada, pelo patamar de partida particularmente baixo que tínhamos. E em termos de renda mensal per capita, passamos

de 0,647 para 0,739 no período, o que representou um aumento de 346 reais. Pode parecer pouco para quem ganha muito, mas para uma família de quatro pessoas são 1384 reais a mais, e no andar de baixo da sociedade isso é uma revolução, e contribui para explicar os dez anos de vida a mais.

São avanços extremamente significativos, pela primeira vez o Brasil está começando a resgatar a sua imensa dívida social. Aqui não há voo de galinha, e sim um progresso consistente e sustentado. Por outro lado, os mesmos dados mostram o quanto temos de avançar ainda. É característico o dado de população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo: 13,0% em 1991, 41,0% em 2010. Grande avanço, e imenso campo pela frente. Não ver os progressos é cegueira, e achar que a dinamização da economia pela base da sociedade se esgotou é não ver o imenso caminho para um país decente.

TABELA 1: IDHM DO BRASIL - 1991, 2000 E 2010

DIMENSÃO ÍNDICES E INDICADORES		1991	2000	2010
	IDHM	0,493	0,612	0,727
Longevidade	IDHM Longevidade	0,662	0,727	0,816
	Esperança de vida ao nascer (anos)	64,7	68,6	73,9
Educação	IDHM Educação	0,279	0,456	0,637
	Subíndice: Escolaridade da população adulta	0,301	0,398	0,549
	População com 18 anos de idade ou mais que concluiu o ensino fundamental (%)	30,1	39,8	54,9
	Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,268	0,488	0,686
	População de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola (%)	37,3	71,5	91,1
	População de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental*(%)	36,8	59,1	84,9
	População de 15 a 17 anos de idade com o ensino fundamental completo (%)	20,0	39,7	57,2
Renda	IDHM Renda	0,647	0,692	0,739
	Renda mensal per capita (R\$)	447,56	592,46	793,87

*Anos finais: 6º ao 9º ano do ensino fundamental Fonte: IPEA, PNUD e FJP

Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf p. 41

O documento é também importante porque nos dá uma visão desagregada, no nível dos municípios. O Atlas Brasil 2013 representa assim uma ferramenta de primeira importância para os municípios, que passam a dispor de uma base de dados de cerca de 180 indicadores, desagregados por município, permitindo fazer comparações e acompanhar a evolução.

Os indicadores de progresso social (IPS)

Os *Indicadores de Progresso Social* (IPS) constituem uma contribuição significativa, pois além de muito recentes, abandonaram a prática absurda de tentar resumir a dinâmica do país a um número, o PIB. Trabalha-se aqui com 54 indicadores que medem resultados efetivos para a população. Com nomes como Michael Porter, cuja origem está na universidade de Harvard, não há aqui suspeita de esquerdismos. E os dados vêm confirmar os avanços constatados pelo Atlas Brasil 2013.

O Brasil aparece bem na foto. Detalhando um pouco os 12 principais grupos de indicadores, temos a situação seguinte:

Nível dos 12 principais indicadores:	Brasil	EUA	Argentina
Nutrição e cuidados básicos de saúde	92,02	97,82	94,62
Água e saneamento básico	81,64	95,77	95,65
Habitação	73,20	87,99	60,75
Segurança pessoal	37,50	77,70	60,07
Acesso ao conhecimento básico	95,43	95,10	94,53
Acesso à informação e comunicação	67,69	81,33	69,54
Saúde e bem estar	76,05	73,61	70,56
Sustentabilidade	63,94	53,78	47,83
Direitos da pessoa	74,94	82,28	66,55
Liberdade pessoal	69,38	84,29	73,61
Tolerância e inclusão	61,77	74,22	64,53
Acesso à educação superior	38,09	89,37	48,83

Impressionante os Estados Unidos, com um PIB quatro vezes e meia maior do que o Brasil, terem um indicador de saúde e de bem estar (esperança de vida, morte por doenças entre 30 e 70, taxas de obesidade, mortes por poluição do ar, taxa de suicídios) significativamente pior do que o Brasil. Situação pior ainda em sustentabilidade, devido em particular à massa de emissões de gases de efeito de estufa, uso da água além das reservas e redução de biodiversidade e do *habitat* natural. A Argentina, aliás, fica pior ainda neste quesito. Os itens críticos para o Brasil, naturalmente, são os de segurança, com 37,50 pontos, e de acesso à educação superior, com 38,09 pontos, indicador ainda fraco neste último ponto, mas também um dos que mais estão melhorando: só na última década passamos de 3,5 para mais de 7 milhões de estudantes no ensino superior.

Que crise é esta?

Na análise dos autores, “entre os países dos BRICS, o Brasil apresenta o perfil de progresso social mais forte e mais “equilibrado” (*the strongest and most balanced*). Apresenta alguma fraqueza em Necessidades Humanas Básicas (puxada pelo score muito baixo de 37,50 para Segurança Pessoal), mas apresenta uma performance consistentemente boa em todos os componentes tanto dos Fundamentos de Bem Estar como de Oportunidades, com exceção de Educação Superior (38,09, 76°).”

Um quadro comparativo - tendo por base a maior economia do mundo - entre os BRICS e as economias mais complexas da América Latina pode ser visto na tabela abaixo:

País	Posição Geral	Pontuação
EUA	16°	82.85
Argentina	38°	73.08
Brasil	42°	70.89
México	54°	67.50
África do Sul	63°	65.64
Rússia	71°	63.64
China	92°	59.07
Índia	101°	53.06

Fonte: The Social Progress Imperative (2015):

<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi#performance/countries/spi/dim1,dim2,dim3>.

A síntese de indicadores sociais (IBGE 2014)

Outra fonte, o IBGE, permite também uma visão de conjunto da evolução das dinâmicas socioeconômicas recentes, apresentando a situação de 2013. A tabela abaixo é particularmente interessante, pois mostra a evolução do acesso a bens e serviços essenciais para o bem estar da população. Trata-se de ver concretamente como anda o brasileiro, o que é diferente de medir como se sentem os chamados mercados, que veremos mais adiante.

Na média geral brasileira, constatamos que 99,4% têm acesso à energia elétrica, uma conquista pouco comentada, mas de imensa importância para os milhões que estavam excluídos. Como pode uma criança estudar sem essa condição? Este acesso por sua vez permitiu a generalização da posse da geladeira para 97,3% da população, da televisão para 97,6%, e do fogão para 98,9%. Em outros termos, ainda que se deva

expandir a aquisição de bens duráveis por famílias mais pobres, no conjunto a grande dinâmica econômica gerada pelo equipamento domiciliar básico tende a se estabilizar.

A tabela abaixo permite também avaliar onde o mercado tenderá a ser dinâmico: enquanto nos itens acima os 20% mais pobres da população já deles dispõem em mais de 90% dos casos, no item “carro de uso pessoal” os 20% mais pobres apenas têm acesso em 14% dos domicílios, enquanto para os 20% mais ricos a cifra correspondente é de 80,6%.

Tabela 2 - Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo a presença de alguns bens duráveis, as características do domicílio e o acesso à tecnologia - Brasil - 2013

Presença de bens duráveis no domicílio, características do domicílio e acesso à tecnologia	Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares (%)					
	Total	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Presença de bens duráveis no domicílio						
Fogão	98,9	97,5	99,0	99,1	99,4	99,5
Filtro d'água	52,7	41,3	48,6	52,6	56,8	64,1
Geladeira	97,3	92,5	97,3	98,2	99,1	99,5
Freezer	17,3	8,2	11,9	15,8	20,7	30,2
Máquina de lavar roupa	56,9	23,9	43,7	57,4	73,0	86,6
Rádio	75,4	66,6	72,2	75,9	79,4	83,1
Televisão	97,6	95,3	97,7	97,6	98,5	99,1
Aparelho de DVD	75,4	67,7	74,1	72,1	78,5	84,5
Microcomputador	51,0	19,6	38,5	49,9	65,7	81,6
Carro de uso pessoal	44,7	14,0	28,2	40,9	59,7	80,6
Motocicleta de uso pessoal	23,3	24,6	23,5	22,6	25,4	20,3
Características do domicílio (1)						
Esgotamento adequado	60,4	34,8	53,2	62,5	71,4	80,1
Abastecimento de água adequado	83,6	69,4	80,8	85,4	89,3	93,1
Destino do lixo adequado	87,9	70,6	86,1	90,9	94,6	97,2
Forma de iluminação adequada	99,4	98,4	99,4	99,6	99,7	99,8
Acesso à tecnologia (pessoas de 10 anos ou mais de idade)						
Tem telefone celular móvel para uso pessoal	64,3	40,4	57,3	64,5	75,3	83,7
Utilizaram a internet nos últimos três meses	42,0	20,5	32,8	38,6	50,8	67,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Notas: 1. Excluído arranjos familiares sem rendimentos e sem declaração de rendimentos.

2. Excluído as pessoas cuja condição no arranjo familiar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Esgotamento adequado: rede coletora de esgoto ou fossa séptica ligada à rede coletora; abastecimento de água adequado: por rede geral de distribuição; destino do lixo adequado: coletado direta ou indiretamente; iluminação adequada: iluminação elétrica.

Mas fica aparente em particular o atraso do consumo social relativamente ao consumo domiciliar ou individual. Assim no item “esgotamento adequado” nos 20%

mais pobres (1º quinto) a cobertura ainda é muito baixa, fonte de doenças e insegurança. A diferença de uso de internet continua ainda muito desigual: a pessoa pode até comprar o celular ou o computador (consumo individual), mas a generalização do acesso público gratuito nas cidades (WIFI urbano) ainda está muito atrasada. O consumo social, que inclui infraestruturas de saúde, educação, mobilidade urbana de massa e outros, passa em geral por financiamentos públicos; são mais complexos na estruturação, e exigem sim a expansão da dimensão pública do desenvolvimento. Contratar mais professores e melhorar as suas condições de trabalho não pode ser seriamente apresentado como “inchaço” da burocracia.

Este ponto é muito importante, pois as pessoas tendem a pensar a condição de vida centrando-se na renda monetária e no consumo individual. O salário direto de uma família sueca, por exemplo, pode ser menor do que do americano, mas o seu salário indireto, sob forma de escola gratuita em todos os níveis, saúde pública garantida, densas redes de transporte público e outros direitos reduzem radicalmente os gastos diretos das famílias. Representam custos, através dos impostos, mas garantem melhor qualidade de vida com custos muito menores, além de gerarem democracia ao garantir oportunidades iguais à partida. A expansão das políticas públicas universais é fundamental para que possamos equilibrar um país como o nosso, cuja marca maior é a desigualdade. Não basta lamentar a menor expansão da indústria, precisamos olhar melhor o deslocamento da composição do consumo da população.

Não vamos insistir aqui nos dados gerais muito conhecidos, cerca de 40 milhões de pessoas que saíram da miséria, quase 20 milhões de novos empregos formais, o aumento radical do salário mínimo, a ampliação da previdência, a mortalidade infantil que caiu de 30 por mil para 15 por mil, o Prouni, Pronatec e dezenas de outros programas. Desconhecer estes avanços revela por vezes ignorância, mas também muita cegueira baseada em ódios ideológicos. Não se pode deixar de mencionar o papel vergonhoso desempenhado pelo oligopólio de mídia comercial, que teria o dever ético elementar de informar e divertir, em vez de exercer a função de braço midiático de interesses políticos. O fato básico, é que o Brasil vinha numa dinâmica que com todas as resistências conseguiu imensos avanços. Estes avanços estão sendo postos em cheque, na sua dimensão econômica, essencialmente pela máquina de intermediação financeira.

A CONJUNTURA ATUAL

Crediário

Há um mecanismo fundamental que precisa ser entendido, e que muita gente simplesmente ignora, desde os que acham que é muita matemática, até os que acham que números são bichos estranhos. O fato de nunca termos tido uma só aula sobre como funciona o dinheiro na escola – é aparentemente muito mais importante decorar o comprimento do Nilo do que entender como funciona o principal estruturador da sociedade moderna – realmente não ajuda. Mas a realidade é que os mecanismos são simples, e entender como funcionam não exige a leitura das 500 páginas de Thomas Piketty, aliás excelente leitura. Trata-se nada menos do que da esterilização dos recursos do país através do sistema de intermediação financeira, que drena em volumes impressionantes recursos que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico. Os números são bastante claros, e conhecidos, e basta juntá-los para entender o impacto.

Começemos pelas taxas de juros ao tomador final, pessoa física, praticadas no comércio, os chamados crediários. A ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) traz os dados de junho 2014:

Comportamento das taxas de juros do crediário por setor

Setores	maio 2014		junho 2014		Variação %	Var. pontos percentuais ao mês
	Taxa Mês	Taxa Ano	Taxa Mês	Taxa Ano		
	Gdes Redes	2,49%	34,33%	2,51%		
Med. Redes	4,80%	75,52%	4,83%	76,13%	0,63%	0.03
Peq. Redes	5,41%	88,18%	5,45%	89,04%	0,74%	0.04
Emp. Turismo	3,74%	55,37%	3,75%	55,55%	0,26%	0.01
Art. do Lar	6,14%	104,43%	6,16%	104,89%	0,33%	0.02
Ele Eletron.	4,60%	71,55%	4,64%	72,33%	0,87%	0.04
Importados	5,23%	84,34%	5,24%	84,57%	0,19%	0.01
Veículos	1,80%	23,87%	1,78%	23,58%	-1,11%	-0.02

Que crise é esta?

Art. Ginástica	6,49%	112,67%	6,52%	113,39%	0,46%	0.03
Informática	4,43%	66,69%	4,38%	67,27%	0,69%	0.03
Celulares	4,04%	60,84%	4,08%	61,59%	0,99%	0.04
Decoração	6,30%	108,16%	6,33%	108,87%	0,48%	0.03

Média Geral	4,62%	71,94%	4,64%	72,33%	0,43%	0.02
--------------------	-------	--------	-------	--------	-------	------

Fonte: ANEFAC, <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014715153114381.pdf>, 2014

Antes de tudo, uma nota metodológica: os juros são quase sempre apresentados, no Brasil, como “taxa mês”, como na primeira coluna acima. É tecnicamente certo, mas comercialmente e eticamente errado. É uma forma de confundir os tomadores de crédito, pois ninguém consegue calcular mentalmente juros compostos. O que é usado mundialmente é o juro anual que resulta. O Banco Itaú, por exemplo, apresenta no seu site as taxas de juros apenas no formato mensal, pois ao ano apareceriam como são, extorsivos.

A média de juros praticadas nos crediários, de 72,33%, significa simplesmente que este tipo de comércio, em vez de prestar decentemente serviços comerciais, se transformou essencialmente num banco. Aproveita o fato das pessoas não entenderem de cálculo financeiro, e de disponibilizarem de pouco dinheiro à vista, para as extorquir. Aqui, o produtor de “Artigos do Lar”, ao cobrar juros de 104,89% sobre os produtos, trava a demanda, pois ficará represada por 12 ou 24 meses enquanto se paga as prestações, e trava o produtor, que recebe muito pouco pelo produto. É o que temos qualificado de economia do pedágio.

Ironicamente, as lojas dizem que “facilitam”. No conjunto do processo, a capacidade de compra do consumidor é dividida por dois, e a capacidade de reinvestimento do produtor estanca. Como o grande comércio mantém basicamente o mesmo nível de juros nos crediários, as pessoas passam a achar que é assim mesmo, “normal”. E a mídia não informa. Para efeitos de comparação, uma grande rede semelhante de eletrodomésticos na Europa, Mídia@markt, trabalha com juros de 13,3% (equivalentes a 1,05 ao mês) e tem belos lucros. Permite que as pessoas comprem, mas não travam o desenvolvimento.

Os juros para pessoa física

Os consumidores não se limitam a comprar pelo crediário, cuja taxa média de 72,33% aparece reproduzida abaixo na primeira linha. Usam também cartão de crédito e outras modalidades de mecanismos financeiros pouco compreendidas pela imensa maioria dos consumidores.

TAXA DE JUROS PARA PESSOA FÍSICA

LINHA DE CRÉDITO	maio 2014		junho 2014		VARIÇÃO %	VAR. PONTOS PERCENTUAIS AO MÊS
	TAXA MÊS	TAXA ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO		
Juros comércio	4,62%	71,94%	4,64%	72,33%	0,43%	0,02
Cartão de crédito	10,52%	232,12%	10,70%	238,67%	1,71%	0,18
Cheque especial	8,22%	158,04%	8,28%	159,76%	0,73%	0,06
CDC - Bancos - financiamento de automóveis	1,80%	23,87%	1,78%	23,58%	-1,11%	-0,02
Empréstimo pessoal-bancos	3,41%	49,54%	3,45%	50,23%	1,17%	0,04
Empréstimo pessoal-financeiras	7,29%	132,65%	7,35%	134,22%	0,82%	0,06

Taxa Média	5,58%	100,76%	6,03%	101,90%	0,84%	0,05
-------------------	--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	-------------

Fonte: ANEFAC, <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014715153114381.pdf>, 2014

Tomando os dados de junho 2014, constatamos que os intermediários financeiros cobram também 238,67% no cartão de crédito, 159,76% no cheque especial, 23,58% na compra de automóveis. Os empréstimos pessoais custam na média 50,23% nos bancos e 134,22% nas financeiras. Estamos deixando aqui de lado a agiotagem de rua que ultrapassa os 300%.

Note-se que a própria Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) considera que o juro médio sobre o cartão é de 280%, portanto bem acima da avaliação da Anefac. A Abecs considera que 50,1% do crédito para consumo é feito no cartão, 23,5% no crédito consignado, 13,1% no crediário de veículos, e 13,3% “outros”. Trata-se, no caso dos cartões, de cerca de 170 bilhões de reais.

Que crise é esta?

É importante lembrar que mesmo sem entrar no crédito do cartão, tipicamente uma loja tem de pagar cerca de 5% do valor das compras ao banco, além do aluguel da máquina. Estes 5% podem ser menos para grandes lojas com capacidade de negociação com o sistema financeiro, mas de toda forma trata-se de um gigantesco imposto privado sobre a metade do crédito de consumo, reduzindo drasticamente a capacidade de compra do consumidor, pois o comércio incorpora o custo no preço. A tabela da Abecs que corresponde ao total de transações de 2014, até fim de setembro, é de 361 bilhões de reais. Os juros aplicados variam, mas podemos imaginar o volume de recursos apropriados sobre este montante, pedágio que tira recursos da economia real para o sistema de intermediação financeira. (<http://www.abecs.org.br/indicadores-de-mercado>)

A Abecs considera que esta carteira “está sendo responsável por fomentar o crédito ao consumidor no país”. É uma forma positiva de apresentar o problema, mas se fomenta o crédito, e não o consumo. No caso da frequente entrada no crédito rotativo, as pessoas pagarão três ou quatro vezes o valor do produto. Miguel de Oliveira, diretor da Anefac, resume bem a situação: “A pessoa que não consegue pagar a fatura e precisa parcelar, ou entrar no rotativo, na verdade está financiando a dívida do cartão de crédito com outro tipo de crédito. O problema é que essa dívida não tem fim. As pessoas acabam não se dando conta dos juros que terão que pagar” (DCI, B1, 20/08/2014).

Como as pessoas têm dificuldades em imaginar que o sistema tenha sido tão grosseiramente deformado, apresentamos abaixo a tabela de juros cobrados pelo Banco Santander. O “Custo Efetivo Total” do crédito rotativo no Santander, por exemplo, informado em tabela enviada aos clientes, é de 633,21%.

Custo Efetivo Total (CET) válido para o próximo período							
Operação de Crédito	Taxa de juros ao mês (%)	Taxa de juros ao ano (%)	IOF Adicional (%)	IOF (%)	Seguro Prestamista (%) (se contratado)	Tarifa (R\$)	Custo Efetivo Total ao ano (%)
Crédito Rotativo	16,99	557,33	0,38	0,1230	-	-	633,21
Compras Parceladas c/ juros	1,90	25,34	0,38	0,1230	-	-	30,07
Saque à Vista	19,99	790,71	0,38	0,1230	-	15,00	997,96
Parcelamento da Fatura	9,29	190,37	0,38	0,1230	3,50	-	324,80
SuperCrédito	-	-	-	-	-	-	-
Total Parcelado	6,50	112,90	0,38	0,1230	4,50	-	171,85

Para os parcelamentos (Parcelamento da Fatura e Total Parcelado) o cálculo é realizado com base no plano com menor quantidade de parcelas e no valor do limite total disponível para a respectiva operação, informados nesta fatura.
Para o Saque à Vista, se disponível, o cálculo é realizado com base no valor do limite total disponível, informado nesta fatura.
Para o Crédito Rotativo (Pagamento Parcial) o cálculo é realizado com base na diferença entre o valor total desta fatura e o valor do Pagamento Mínimo, informados nesta fatura.

Fonte: mailing do Banco Santander para clientes, Brasil

Obviamente, com estas taxas de juros, as pessoas, ao fazer uma compra a crédito, gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido.

Costuma-se apresentar apenas a taxa de endividamento das famílias, próxima de 30%, o que não é informação suficiente, pois aqui as famílias não só se endividam muito como se endividam muito comprando pouco. A conta é evidente: em termos práticos, pagam quase o dobro, às vezes mais. Dito de outra forma, compram a metade do que o dinheiro deles poderia comprar, se fosse à vista. Visto que a compra à vista já inclui os lucros de intermediação comercial. De acordo com os dados do Banco Central, em março de 2005 19,3% da renda familiar era destinada para pagar dívidas. Em março de 2015, as famílias gastavam 46,5% da sua renda com dívidas. As famílias deixaram evidentemente de poder expandir o seu consumo. A demanda foi travada pelos altos juros para pessoa física, e isto trava a economia no seu conjunto. (BCB, DEPEC, 2015)

Não é o imposto que é o vilão, ainda que o peso dominante dos impostos indiretos só piore a situação: é o desvio da capacidade de compra para o pagamento de juros. As famílias estão gastando muito mais, resultado do nível elevado de emprego e da elevação do poder aquisitivo da base da sociedade, mas os juros esterilizam a capacidade de dinamização da economia pela demanda que estes gastos poderiam representar. Um dos principais vetores de dinamização da economia se vê travado.

Gerou-se uma economia de atravessadores financeiros. Prejudicam-se as famílias que precisam dos bens e serviços, e indiretamente as empresas efetivamente produtoras que têm os seus estoques parados. Perde-se boa parte do impacto de dinamização econômica das políticas redistributivas. O crédito consignado ajuda, mas atinge apenas 23,5% do crédito para consumo (DCI, 2014), e também se situa na faixa de 25 a 30% de juros, o que aparece como baixo apenas pelo nível exorbitante que atingem as outras formas de crédito.

Os juros para pessoa jurídica

As taxas de juros para pessoa jurídica não ficam atrás. O estudo da Anefac apresenta uma taxa praticada média de 50,06% ao ano, sendo 24,16% para capital de giro, 34,80% para desconto de duplicatas, e 100,76% par conta garantida. Ninguém em sã consciência consegue desenvolver atividades produtivas, criar uma empresa, enfrentar o tempo de entrada no mercado e de equilíbrio de contas pagando este tipo de juros. Aqui, é o investimento privado que é diretamente atingido.

TAXA DE JUROS PARA PESSOA JURIDICA

LINHA DE CRÉDITO	maio 2014		junho 2014		VARIÇÃO %	VAR. PONTOS PERCENTUAIS AO MÊS
	TAXA MÊS	TAXA ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO		
Capital de Giro	1,84%	24,46%	1,82%	24,16%	-1,09%	-0,02
Desconto de Duplicatas	2,48%	34,17%	2,52%	34,80%	1,61%	0,04
Conta garantida	5,92%	99,40%	5,98%	100,76%	1,01%	0,06

Taxa Média	3,41%	49,54%	3,44%	50,06%	0,88%	0,03
-------------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	-------------

Fonte: ANEFAC, <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014715153114381.pdf>, 2014

A atividade bancária pode ser perfeitamente útil, ao financiar iniciativas econômicas que darão retorno. Mas isto implica para o banco utilizar o dinheiro dos depósitos (além naturalmente da alavancagem) para fomentar iniciativas empresariais, cujo resultado dará legítimo lucro ao investidor, permitindo também restituir o empréstimo. A atividade básica de um banco, que seria a de reunir poupanças de depositantes para transformá-las em financiamento de atividades econômicas, saiu do horizonte de sua ação. A economia, travada do lado da demanda com o tipo de crédito ao consumo, visto acima, tanto nos bancos como nos crediários, vê-se portanto igualmente travada do lado do financiamento ao produtor. Prejudica-se assim tanto a demanda como o investimento, os dois motores da economia.

As regras do jogo aqui se deformam profundamente. As grandes corporações transnacionais passam a ter vantagens comparadas impressionantes ao poder se financiar do exterior com taxas de juros tipicamente cinco ou seis vezes menores do que os seus concorrentes nacionais. Muitas empresas nacionais podem encontrar financiamentos com taxas que poderiam ser consideradas normais, por exemplo, pelo BNDES e outros bancos oficiais, mas sem a capilaridade que permita irrigar a imensa massa de pequenas e médias empresas dispersas no país. Não é demais lembrar que na Alemanha 60% das poupanças são administradas por pequenas caixas de poupança locais, que irrigam generosamente as pequenas iniciativas econômicas. A Polônia, que

segundo *Economist* melhor enfrentou a crise na Europa, tem 470 bancos cooperativos, que financiam atividades da economia real. Um dos principais economistas do país, J. Balcerek, comenta ironicamente que “o nosso atraso bancário nos salvou da crise”.

Os juros sobre a dívida pública

Até aqui vimos a deformação gerada pelos crediários, cartões de crédito, juros bancários para pessoas físicas e para pessoas jurídicas. Uma quinta deformação resulta do imenso dreno de recursos públicos através da dívida pública. Se arredondarmos o nosso PIB para 5,5 trilhões de reais, 1% do PIB são 55 bilhões. Quando gastamos 5% do PIB para pagar os juros da dívida pública, significa que estamos transferindo, essencialmente para os bancos donos da dívida, e por sua vez a um pequeno grupo de afortunados, cerca de 250 bilhões de reais ao ano, que deveriam financiar investimentos públicos, políticas sociais e semelhantes.

Para a sociedade, trata-se aqui de uma esterilização da utilidade dos impostos que paga. Para os bancos, é muito cômodo, pois em vez de terem de identificar bons empresários e fomentar investimentos, com a avaliação de seus projetos, o que significa fazer a lição de casa, aplicam em títulos públicos, com rentabilidade elevada, liquidez total, segurança absoluta, dinheiro em caixa, por assim dizer, e rendendo muito.

Comenta Amir Khair: "Neste ano [2015] com taxa de juros média maior que em 2014, incidindo sobre uma dívida mais elevada pode causar uma despesa próxima de 7% do PIB e, com resultado primário de 1,2% do PIB, que é a meta traçada pela nova equipe, o déficit fiscal seria de 6% do PIB, ou seja, mais endividamento e mais despesas com juros, em verdadeiro ciclo vicioso."

O efeito aqui é duplamente pernicioso: por um lado, porque com a rentabilidade assegurada com a simples aplicação na dívida pública, os bancos deixam de buscar o fomento da economia. Fazem aplicações financeiras em papéis do governo, em vez de irrigar as atividades econômicas com empréstimos. Por outro, muitas empresas produtivas, em vez de fazer mais investimentos, aplicam também os seus excedentes em títulos do governo. A máquina econômica torna-se assim refém de um sistema que rende para os que aplicam, mas não para os que investem na economia real. E para o

governo, é até cômodo, pois é mais fácil se endividar do que fazer a reforma tributária tão necessária.

Uma deformação sistêmica

A tabela abaixo mostra que a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil é de 63,42%, quando é de 6,60% no mesmo banco para a mesma linha de crédito no Reino Unido. Para o Santander, as cifras correspondentes são 55,74% e 10,81%. Para o Citibank são 55,74% e 7,28%. O Itaú cobra sólidos 63,5%. Para pessoa jurídica, área vital porque se trataria de fomento a atividades produtivas, a situação é igualmente absurda. Para pessoa jurídica, o HSBC, por exemplo, cobra 40,36% no Brasil, e 7,86 no Reino Unido. (Ipea, 2009)

Instituição	País	Juro real (em%)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	EUA	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos selecionados e no Brasil
*Juros adicionados aos serviços administrativos, riscos de inadimplência, margem de lucro e tributação.

Comenta o estudo do Ipea: “Para empréstimos à pessoa física, o diferencial chega a ser quase 10 vezes mais elevado para o brasileiro em relação ao crédito equivalente no exterior. Para as pessoas jurídicas, os diferenciais também são dignos de atenção, sendo prejudiciais para o Brasil. Para empréstimos à pessoa jurídica, a diferença de custo é menor, mas, mesmo assim, é mais de 4 vezes maior para o brasileiro.”

Artigo de Tuth Costas da BBC Brasil resume o resultado para os bancos: “O Itaú teve ainda um aumento de seu lucro de 30,2% em 2014 – registrando o maior lucro da

história dos bancos brasileiros de capital aberto segundo a Economatica (R\$ 20,6 bilhões). O lucro do Bradesco também se expandiu bastante, 25,6%. E isso em um momento em que consultorias econômicas estimam um crescimento próximo de zero para o PIB de 2014. Diante desses números, não é de se estranhar que dos 54 bilionários brasileiros citados no último levantamento da revista Forbes, 13 estejam ligados ao setor bancário”. Não se trata aqui de juízo de valor sobre a legitimidade ou não de grupos ganharem tanto trabalhando tão pouco – a tão mencionada inveja dos ricos – mas do mecanismo econômico que tira recursos da economia produtiva para alimentar a ciranda financeira, travando a demanda, o investimento e o investimento público. Abandonando a sua função de fomento, e optando pela especulação e evasão fiscal, os intermediários financeiros desviam os recursos e fragilizam a economia.

Enfrentamos aqui, portanto, uma deformação estrutural do nosso sistema de intermediação financeira. Não há grande mistério no processo: a financeirização mundial, com as suas diversas formas de organização segundo os países e as legislações, adquiriu aqui formas diferentes de travar a economia, dimensão nacional de uma deformação hoje planetária.

A nossa constituição, no artigo 170º, define como princípios da ordem econômica e financeira, entre outros, a função social da propriedade (III) e a livre concorrência (IV). O artigo 173º no parágrafo 4º estipula que “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.” O parágrafo 5º é ainda mais explícito: “A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”. Cartel é crime. Lucro exorbitante sem contribuição correspondente produtiva será “reprimido pela lei” com “punições compatíveis”.

O resultado prático é uma deformação sistêmica do conjunto da economia, que trava a demanda do lado do consumo, fragiliza o investimento, e reduz a capacidade do governo de financiar infraestruturas e políticas sociais. Se acrescentarmos a deformação do nosso sistema tributário, baseado essencialmente em impostos indiretos (embutidos nos preços), com frágil incidência sobre a renda e o patrimônio, temos aqui o quadro

completo de uma economia prejudicada nos seus alicerces, que avança sem dúvida, mas carregando um peso morto cada vez menos sustentável.

É importante lembrar aqui que a intermediação financeira não é apenas útil, é necessária. Mas tudo depende de quanto esta máquina financeira custa, de quem capta os recursos e em que montantes, e como os aplica. É importante que a sua contribuição para a economia real seja maior do que o que custa. Quando um crediário cobra 13% ao ano dando acesso a quem não pode comprar à vista, como é o juro comercial típico na Europa, está dinamizando a economia pelo lado da demanda, mas quando cobra mais de 100% sobre um produto que não precisou produzir, está evidentemente sangrando a economia, reduzindo o volume de compras em vez de estimulá-lo.

A parte internacional, que vimos no início, agrava mais ainda o processo, pois não só os intermediários financeiros drenam os nossos recursos em vez de reinvesti-los na economia, como os mandam para paraísos fiscais, onde sequer pagam impostos. Lembremos a cifra de 519,5 bilhões de dólares que o TJN avalia como o nosso estoque de recursos em paraísos fiscais, ou os cerca de 2% do PIB drenados anualmente, segundo a Global Financial Integrity (GFI), por meio de fraude nas notas fiscais, os milhares de contas de grandes fortunas brasileiras só no HSBC de Genebra, as contas do Bradesco e do Itaú em Luxemburgo: esta sangria toda só pode nos paralisar.

É essencial entender que a intermediação financeira não é produtiva como atividade, pois é uma atividade-meio: a sua produtividade se dá de forma indireta, quando investe os recursos captados da economia para financiar atividades produtivas, estimulando a economia real, as chamadas atividades-fim. Ao agregar as nossas poupanças para fomentar a economia, cumpre um papel positivo. Se as drena para fins especulativos, fragilizando a demanda e o investimento, está sendo contraprodutiva, assumindo um papel de atravessadora. É o nosso caso. Como são poucos e grandes os grupos, não foi difícil. O lucro do intermediário financeiro é perfeitamente legítimo quando serve a economia, não quando dela apenas se serve.

O exemplo da intermediação financeira na China ajuda a entender a alternativa: as estratégias do desenvolvimento chinês “incluem a regulação do setor financeiro de maneira que forneça capital para investimentos produtivos no setor manufatureiro, e um compromisso com políticas centradas na geração de empregos, promovendo o desenvolvimento de uma classe média que, por sua vez, amplia os mercados para as

empresas” (Brown, p.71). Não se trata de ser contra os bancos, e sim de batalhar por sua reconversão, no sentido de se tornarem vetores de desenvolvimento.

Outro exemplo, como vimos, é o do sistema alemão de crédito, muito descentralizado e constituindo um poderoso vetor de dinamização da pequena e média empresa, que é um ponto de referência interessante. “Na Alemanha, os grandes bancos de cobertura nacional constituem apenas cerca de 13% do sistema bancário. O sistema é muito predominantemente (*overwhelmingly*) de base local, apoiando pequenas e médias empresas que asseguram 80% dos empregos em qualquer economia. Setenta por cento dos bancos são de propriedade e controle local (42,9% caixas de poupança e 26,6% bancos cooperativos). Estes bancos têm obrigação legal de investir localmente, e não emprestam para especulação mas para empresas produtivas que contribuem com o PIB real. Para crescer e prosperar, precisam fazê-lo em parceria com a economia produtiva local. O sistema não é centrado na extração mas no suporte e na sustentabilidade.”ⁱ (Brown, p. 269)

Uma conjuntura travada

Façam-se as contas da maneira que for: o fato é que a economia brasileira está sendo sangrada por intermediários que pouco ou nada produzem, e corroída por ilegalidades escandalosas. Se somarmos as taxas de juros à pessoa física, o custo dos crediários, os cartões, os juros à pessoa jurídica, o dreno através da dívida pública e a evasão fiscal por meio dos paraísos fiscais e das transferências ilícitas, temos uma deformação estrutural dos processos produtivos. Tentar dinamizar a economia enquanto arrastamos esse entulho especulativo preso nos pés fica muito difícil. Há mais mazelas na nossa economia, mas aqui estamos falando de uma massa gigantesca de recursos, que são necessários ao país. É tempo do próprio mundo empresarial – aquele que efetivamente produz riquezas – acordar para os desequilíbrios, e colocar as responsabilidades onde realmente estão. O resgate organizado do uso produtivo dos nossos recursos é essencial.

Quando escrevemos o presente artigo, no primeiro semestre de 2015, estamos enfrentando um braço de ferro político. Uma visão consiste em aprofundar a dinâmica estrutural iniciada ainda nos anos 1990, reforçando o modelo de inclusão produtiva, e

continuando a reduzir as desigualdades gritantes que persistem. Em termos muito amplos, isto significa basear a dinâmica econômica do país na oportunidade que representa o imenso mercado interno de consumo individual e social. No plano político e social, isto representa um imenso esforço que envolve uma reforma política que permita que se crie um novo conjunto de regras do jogo mais justas, em particular pela reforma tributária.

A outra visão consiste não em algum programa alternativo, mas na defesa de privilégios e da desigualdade, através de uma aliança do sistema financeiro (nacional e internacional) com o oligopólio de mídia comercial, segmentos do judiciário e grande parte do legislativo. Aliás, o poder legislativo atual, baseado no financiamento corporativo das eleições, apresenta uma deformação profunda do sistema de representação: temos uma bancada ruralista potente, mas também a bancada das construtoras, da grande mídia comercial, dos bancos – e ficamos à procura da representação dos interesses do cidadão.

Na prova de força que caracteriza este ano de 2015, qualquer previsão é pouco realista. O fato é que o Brasil avançou muito dentro de um marco institucional ultrapassado, e que deve ser atualizado: o país está maduro para uma constituinte (eleita por cidadãos) que permita uma modernização radical, as eternamente adiadas reformas de base, e em particular a reforma do sistema financeiro.

Bibliografia

- ABECS – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - <http://www.abecs.org.br/indicadores-de-mercado>
- ANEFAC, Relatório sobre juros, tabelas das páginas 2, 3 e 5 <http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014715153114381.pdf> ;
- BANCO CENTRAL – *Histórico da taxa de juros – Selic* - <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS> , 2014
- BIS Quarterly Review*, June 2013, p.3 - http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1306.pdf
- BROWN, Ellen – *The Public Bank solution* – Third Millenium Press, Louisiana, 2013
- DCI – *Metade do consumo é financiada por cartões* – 20 de agosto de 2014, p. B1
- COSTAS, Ruth - *Porque os bancos brasileiros lucram tanto* - BBC Brasil em São Paulo – 23 de março de 2015 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150323_bancos_lucros_ru
- DOWBOR, Ladislau - *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014, <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/13-Descaminhos-do-dinheiro-p%C3%ABalico-16-julho.doc>
- ECONOMIST*, Dec. 7th 2013 – The rise of Black Rock, <http://www.economist.com/news/leaders/21591174-25-years-blackrock-has-become-worlds-biggest-investor-its-dominance-problem>
- ECONOMIST*, Feb. 16th 2013 - The missing \$20 trillion, *Special Report on Offshore Finance*

Que crise é esta?

FURTADO, Celso – *Para onde caminhamos?* – artigo publicado no JB de 14 de nov. de 2004
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191728100.Dossier%20CF%2020%20nov%202014%20ArtigoJBNovembro2004.pdf>

GFI - *Brasil: fuga de capitais* - Global Financial Integrity, Set. 2014 - <http://www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2014/09/Brasil-Fuga-de-Capitais-os-Fluxos-II%C3%ADcitos-e-as-Crises-Macroecon%C3%B4micas-1960-2012.pdf> ;

GUARDIAN – Dossiê sobre o HSBC - <http://www.theguardian.com/business/hsbcholdings>

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*, 2013- www.icij.org/offshore/how-icijs-project-team-analyzed-offshore-files

ICIJ – *Luxemburg Tax Files* - November 21014 - <http://www.theguardian.com/business/2014/nov/05/sp-luxembourg-tax-files-tax-avoidance-industrial-scale> (para os dados em português referentes ao Itaú e Bradesco, ver artigo de Fernando Rodrigues, Folha de São Paulo 5 de nov. 2014
<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1543572-itaue-bradesco-economizam-r-200-mi-em-impostos-com-operacoes-em-luxemburgo.shtml>)

INESC - As implicações do sistema tributário brasileiro na desigualdade de renda – setembro de 2014,
<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/as-implicacoes-do-sistema-tributario-nas-desigualdades-de-renda/publicacao/>

IPS – *Indicadores de Progresso Social* 2014 - Resumo no Press Release:
http://www.deloitte.com/view/pt_BR/br/imprensa/532aa1d16d825410VgnVCM1000003256f70aRCRD.htm; Relatório principal:
http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/W1siZiIsIjIwMTQvMDQvMDMvMTcvMzE5NTQvNzcyL1NvY2lhbF9Qcm9ncmVzc19JbmRleF8yMDE0X1JlcG9ydF9lXy5wZGYiXV0/Social%20Progress%20Index%202014%20Report_e%20.pdf;

IPEA – *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise* – Comunicado da Presidência, Abril de 2009, p. 15
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_04_07_ComunicaPresi_20_Bancos.pdf

KHAIR, Amir – *A borda da cachoeira* – OESP, 01/02/2015 -
<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-borda-da-cachoeira-imp-,1627819>

MICHEL, Anne – *Le Monde – SwissLeaks: HSBC – 2015*
<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/SwissLeaks-HSBC-o-banco-de-todos-os-escandalos/7/32913>

OCDE – ICIJ - *BEPS: Base Erosion and Profit Shifting* – <http://publicintegrity.us4.list-manage1.com/track/click?u=8dc6eceed67f7f012462d0b12&id=f388dc1436&e=d256201ac5>

SCHNEYER, Joshua - *Commodity Traders: the Trillion Dollars Club* –
<http://dowbor.org/2013/09/joshua-schneyer-corrected-commodity-traders-the-trillion-dollar-club-setembro-201319p.html/> ou www.reuters.com/assets/print?aid=USTRE79R4S320111028

TAX JUSTICE NETWORK – James Henry, *The Price of off-shore revisited* –
http://www.taxjustice.net/cms/front_content.php?idcat=148; Os dados sobre o Brasil estão no Appendix III, (1) pg. 23 <http://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Appendix%203%20-%202012%20Price%20of%20Offshore%20pt%201%20-%20pp%201-59.pdf> Ver também no site da TJN a atualização de junho de 2014, <http://www.taxjustice.net/wp-content/uploads/2014/06/The-Price-of-Offshore-Revisited-notes-2014.pdf> bem como *The cost of Tax Abuse: the Cost of Tax Evasion Worldwide*, 2011, <http://www.taxjustice.net/2014/04/01/cost-tax-abuse-2011/>

UNEP - *Aligning the financial system with sustainable development* – 2015
<file:///C:/Users/Ladislau%20Dowbor/Downloads/Inquiry%20-%20Pathways%20to%20Scale%20FINAL%2020150119.pdf>

VITALI, S., J.B Glattfelder and S. Battiston – ETH, *The Network, of Global Corporate Control* .
<http://arxiv.org/pdf/1107.5728.pdf>
